

Leituras e bibliotecas em Angola na primeira metade do séc. XIX*

Reading and libraries in nineteenth-century Angola

Carlos Pacheco**

Abstract

This essay demonstrates how, in spite of the absence of public and private schools, the practice of reading filled the daily lives of certain social groups in Luanda, Benguela and Novo Redondo during the first half of the nineteenth century. Whites, blacks and mulattos all shared in the "reading habit." They relied on the innumerable private libraries that existed during this period. The thesis of the *Boletim Oficial*, which argues that reading began in Angola starting in 1845, has no credibility.

KeyWords: books, newspapers, Angola

Resumo

Este ensaio mostra como, apesar da ausência de escolas públicas e privadas, os hábitos de leitura preencheram o quotidiano de certos grupos sociais de Luanda, Benguela e Novo Redondo na 1.ª metade do séc. XIX. Brancos, negros e mulatos partilharam indistintamente desses hábitos. Contam-se por inúmeras as bibliotecas particulares então existentes. Não tem a mínima credibilidade a tese de que só a partir de 1845, com a criação do *Boletim Oficial*, se começou a ler em Angola.

Palavras-chave: leituras, bibliotecas e Angola.

Qualquer pesquisador que estude os núcleos demográficos de Luanda, Benguela e Novo Redondo, bem como os respectivos *hinterlands*, e se preocupe em ter idéias claras sobre os fenómenos culturais anteriores ao aparecimento da imprensa oficial em Angola, em 1845, inevitavelmente colocará a si próprio as seguintes questões: como definir esses espaços do ponto de vista das mentalidades? Que pensavam os seus habitantes dos

* Este estudo faz parte de uma pesquisa ainda em andamento.

** Historiador angolano, pesquisador do Centro Nacional de Cultura, Lisboa. Colaborador do jornal *Público*, Portugal. Autor, entre outros, dos seguintes livros: *José da Silva Maia Ferreira. O Homem e a sua Época*, Luanda: UEA, 1990; *O Nativismo na Poesia de José da Silva Maia Ferreira*, Évora: Pendor, 1996; *MPLA. Um Nascimento Polémico (as falsificações da história)*, Lisboa: Vega, 1997; *Repensar Angola*, Lisboa: Vega, 2000; *Benguela e a Independência do Brasil*, Lisboa: Vega (no prelo). Coordenou ainda as seguintes obras: *A Tirania Portuguesa*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995; *Humberto Delgado. As Eleições de 58*, Lisboa: Vega, 1998. E-mail: cpacheco@ins.com.br

problemas da sociedade colonial a que pertenciam? Como racionalizavam os problemas do mundo? Teria a leitura algum peso no quotidiano dessas pessoas? Ou será que a única preocupação sensível, nessa terra de negociantes, era acumular riqueza com o tráfico de escravos e depois partir para longe, para o Brasil, em busca de outras paragens mais amenas?

Alguns investigadores defendem que antes da imprensa jornalística na 2.^a metade do século XIX as exigências (ou necessidades) desses núcleos, em matéria de inclinações culturais e políticas, seriam de nenhuma importância ou praticamente inexistentes¹. E isto em virtude da sociedade desse tempo ser (...) *flutuante e de definição equívoca, que mal ocupava sequer o litoral de Angola e ainda menos colonizava o interior do território* (...). Ou ainda uma

*sociedade que englobava africanistas de permanência incerta no território, aventureiros (alguns deles vindos diretamente do Brasil), colonos forçadamente amarrados por necessidades económicas, clérigos, degredados, militares e, de mistura com estes elementos populacionais, numerosos mestiços, dos quais muitos deles integrados já nos hábitos sociais dos europeus dominadores, mormente nos centros urbanos de Luanda e Benguela*².

Corroborando esta tese, outros autores vão mais longe e consideram não ser apropriado falar em leituras num período em que não havia pelo menos um jornal e tão pouco um mínimo de atividades literárias. A forte rusticidade do meio social não permitia outras preocupações, exceto as que se prendiam com as atividades mercantis. Somente décadas mais tarde a situação tendeu a mudar, primeiro com a criação do *Boletim Oficial de Angola*, em 1845, depois com a criação de outros periódicos, mas sobretudo por via dos hábitos de leitura que foram levados de Portugal (...) *por profissionais liberais, destacados para servir nos quadros coloniais* (...)³.

É notória a fragilidade destas duas teses. Nem os agregados populacionais de Luanda e Benguela viviam exclusivamente para o tráfico, nem a disposição para as "coisas do espírito" conheceu um despertar tardio em Angola, como tantas vezes se afirma. Em Luanda, no primeiro quartel do séc. XVII, já era comum organizarem-se certames literários com um êxito hoje dificilmente imaginável. Não tanto pela qualidade da poesia então produzida e sim pela enorme quantidade de criações presentes a concurso, como o provam eloqüentemente os festejos organizados a 22 de julho de 1621, na beatifica-

¹ O patrono desta tese é LOPO, Júlio de Castro (ver de sua autoria *Jornalismo de Angola. Subsídios para a sua História*, Luanda: Edição do Centro de Informações e Turismo de Angola, 1964, p. 20).

² Op. cit., *idem*, p. 25.

³ MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. *A Sociedade Angolana Através da Literatura*, São Paulo: Editora Ática (Coleção "Ensaio 38"), 1978, p. 15.

ção do padre Francisco Xavier⁴.

Afinal, é oportuno perguntar como foi possível num meio culturalmente tão agreste medrar uma sensibilidade como José da Silva Maia Ferreira (1827-1867)?⁵ Ou uma vocação como Joaquim António de Carvalho e Meneses? Ou alguém como Eusébio Cândido Pinheiro Furtado? Os exemplos não faltam. Nem para o séc. XVIII. Como se formaram tais talentos? Quem os influenciou? Como seriam as casas nobres em que eles nasceram e cresceram? Seriam espaços de ostentação e riqueza material, e nada mais? Espaços vazios de atrativos espirituais e os seus proprietários pessoas toscas e insensíveis aos prazeres do pensamento? Ou, pelo contrário, espaços privilegiados de leitura?

O presente trabalho propõe-se justamente responder a este leque de problemas e, no fundo, mostrar os verdadeiros contornos culturais dos núcleos euro-africanos do litoral nos quatro primeiros decênios do séc. XIX. Trata-se de uma abordagem nova, a primeira que se faz neste domínio. No entanto, está longe de ser completa. Ainda há muito que pesquisar. De qualquer modo, penso que contribuirá para melhor se conhecerem os comportamentos dessa sociedade, as suas inclinações face à "cultura intelectual" e trazer para a historiografia um novo repositório de fontes sobre a história cultural de Angola.

O território de Angola, nesse tempo, resumia-se a um pequeno enclave na faixa costeira que se estendia irregularmente de Luanda a Benguela e, para o interior (na direcção leste), até às águas do Kwango; no norte, até aos rios Dande e Dange e, a sul, até ao curso do Coporolo⁶. O resto era o vasto sertão senhoreado por povos detentores da sua própria jurisdição, independentes da coroa lusa. Somente depois da Conferência de Berlim, em 1885, seriam submetidos à soberania colonial portuguesa.

Luanda e Benguela, ao contrário das cidades europeias – e também do Rio de Janeiro – careciam de motivos capazes de encantar os espíritos superiores, como sejam os salões literários, as associações culturais, os gabinetes de leitura, os teatros e as livrarias. Tudo lhes faltava. Incluindo publicações com tiragem local. Como diria

⁴ Biblioteca Nacional (Lisboa), secção de reservados, manuscritos, cx. 29, nº 34, "Relação das festas que a Residência de Amgolla fez na beatificação do beato padre Francisco de Xavier da Companhia de Jezus". Curioso nestes festejos, foi o próprio governador, Luiz Mendes de Vasconcelos, ter composto poesias em louvor ao padre bem-aventurado (*idem*, fls. 106-107).

⁵ Autor do livrinho *Espontaneidades da Minha Alma. As Senhoras Africanas*, editado em Luanda em 1849. Sobre Maia Ferreira, ver as três monografias, da minha autoria, citadas nas notas deste trabalho.

⁶ Esse enclave, à parte o seu traçado geográfico, tinha sobretudo importância biológica e cultural, na medida em que os núcleos populacionais que o formavam eram o resultado do amálgama entre europeus e bantos. Era um mundo sincrético, *miscigenado* (cf. PACHECO, Carlos, "Joaquim António de Carvalho e Meneses e a génese da polémica literária em Angola", *Nós* [revista Internacional de Lusofonia], Pontevedra-Braga: (41-50), 1995, pp. 346-360).

Maia Ferreira, nas *Espontaneidades da Minha Alma*⁷, ao cantar a sua terra:

*Minha terra não tem os cristais
Dessas fontes do só Portugal,
Minha terra não tem salgueirais,
Só tem ondas de branco areal.*

*Nada tem a minha terra natal
Que extasie e revela primor,
Nada tem, a não ser dos desertos,
A solidão que é tão grata ao cantor*⁸.

Em 1842, ao preparar-se para retornar à pátria, nomeado pela segunda vez secretário da Junta da Fazenda, Joaquim Antônio de Carvalho e Meneses⁹, teve a idéia de levar para Luanda um prelo na esperança de ajudar a mitigar o estado de atraso do seu país. À última da hora, porém, desistiu do projeto ao pressentir que isso lhe poderia acarretar os maiores aborrecimentos¹⁰. Entretanto, em Angola os seus inimigos, suspeitando que os apetrechos tivessem sido embarcados, afundaram algures um navio com toda a carga a bordo¹¹. Lisboa realmente temia os efeitos daquela imprensa nas mãos dos angolanos devido ao fato de, em 1839, Carvalho e Meneses ter redigido o *Paquete do Ultramar*¹², onde com uma severidade sem paralelo censurou os governantes portugueses, mormente o marquês de Sá da Bandeira, pelo estado de opressão reinante nos domínios coloniais¹³.

Na verdade a terra do Poeta era desprovida de aparatos culturais. Apenas lhe sobravam os estigmas do obscurantismo e do "mais

⁷ Pode ler-se uma edição recente desta obra, de 1980, 2.^a edição, com a marca das Edições 70, Lisboa (executada para a União dos Escritores Angolanos), e enriquecida com uma introdução do professor norte-americano Gerald Moser.

⁸ Do poema "A Minha Terra. No álbum do meu amigo João D'Aboim", pp. 12-19.

⁹ Escritor, de tez escura, nascido em Luanda em 1791, filho bastardo do capitão-mor de Cambambe, Joaquim Manuel Escórcio, e de Águeda de Carvalho e Meneses. Todos os seus ascendentes, pelo lado materno, viveram em estado de escravidão. O progenitor, oriundo do arquipélago da Madeira, foi o fundador em Angola da genealogia dos Escórcios (PACHECO, "Joaquim Antônio de Carvalho e Meneses .-", cit.).

¹⁰ MENESES, J. A. de Carvalho e. *Demonstração Geographica e Politica do Territorio Portuguez na Guine Inferior que Abrange o Reino de Angola, Benguella e Suas Dependências, causas da sua decadência e atrasamento, suas conhecidas produções e os meios que se podem applicar para o seu melhoramento e utilidade geral da Nação*. Escripção em Lisboa em 1846 por (...), por elle augmentada em 1847 e publicada no Rio de Janeiro em 1848: Typ. Clássica de F. A. e Almeida, 1848.

¹¹ (...); *certos em Portugal do partido que aquelle grande politico podia tirar com ella, manejando aquella arma [a imprensa], tão perigosa para os interesses da metrópole, pelas amostras que Menezes tinha lá deixado: - preferiu-se antes a perda do casco de um navio do estado ao desembarque em Loanda d'esse motor da civilização* (PEREIRA, José de Fontes. "A Independencia d'Angola, VI", *O Futuro d'Angola*, n.º 56, Loanda 30 de Dezembro de 1886.

¹² A impressão deste periódico fazia-se na tipografia Ultramarina, na rua dos Moinhos de Vento, n.º 78, em São Pedro de Alcântara, Lisboa (PACHECO, *idem*: 348).

¹³ *Idem, ibidem*, p. 348.

atroz despotismo”¹⁴. No entanto, desde os alvares do séc. XIX que os naturais reagiam a este estado de coisas com movimentos sociais de protesto que tinham Benguela por cenário principal. Esses movimentos caracterizavam-se por um irrefreável sentimento de lusofobia, expresso por vezes de maneira obscura ou com significados diversos de acordo com o contexto específico em que tal sentimento se manifestava¹⁵. Em 1836-37, alguns filhos de Luanda desapareceram, supõe-se que por terem tramado uma conspiração para derrubar o governo da colônia. José de Fontes Pereira, também ele um nativo afamado pela sua ilustração, conta que os desaparecidos eram bastante (...) *temidos pelo governo da metrópole e da província pelo seu elevado talento e riqueza* (...) ¹⁶.

A biblioteca de Bernardino da Silva Guimarães

Para se ter uma noção de como os *filhos do país conseguiram* elevar-se acima de si próprios face a condições do país tão impróprias, só a consulta dos seus inventários permite descobrir as pessoas que foram, vivamente atentas ao que se passava no mundo. Bernardino da Silva Guimarães é porventura dos casos mais exemplares. Vulgarmente conhecido entre os seus patrícios como o *mulato do Bungo*, este angolano deixou uma fortuna avaliada em 43:773\$221 réis¹⁷. Antes de se instalar com firma própria, iniciou-se como caixeiro de dona Ana Joaquina dos Santos¹⁸. Dis-

¹⁴ Cf. CARPO, Arsênio Pompílio Pompeu de. *Memória sobre Angola, à qual se Refere a Correspondência publicada na Revolução de Setembro de 18 de Junho do corrente. Sexta Parte. Lisboa 25 de Julho de 1846*, Lisboa: Typografia da Revolução de Setembro, 1846, p. 1.

¹⁵ O problema da lusofobia sempre se traduziu genericamente – quer na época que aqui se estuda, quer em épocas posteriores até ao aparecimento de movimentos genuinamente nacionalistas no século XX –, por um sentimento de rejeição do homem português enquanto tal. Fundamentalmente o que se punha em causa era o carácter adventício do português em terras africanas e o seu papel de senhorio em relação aos melhores lugares na administração civil, militar e religiosa, quase sempre levando a melhor sobre o nativo – negro, mulato ou branco –, sem que, muitas vezes, prevalecessem razões de merecimento. Esse sentimento de lusofobia raramente se definiu por uma negação da situação colonial. De qualquer modo, teve como *leit motiv* a aversão ao português por este representar um concorrente aos melhores cargos para os quais era nomeado e apadrinhado por Lisboa.

¹⁶ PEREIRA, José de Fontes. “A Independência d’Angola, V”, *O Futuro d’Angola*, n.º 55, Luanda, 19 de Dezembro de 1886.

¹⁷ “Autos cíveis de inventário do falecido Bernardino da Silva Guimaraens, de quem foi inventariante Pedro de Torres Ribeiro, herdeira Donna Maria, menor e Donna Anna, dita. 1845” (Arquivo Judicial da Comarca de Luanda [AJCL]. Processo 215, maço 11, fls. 16-116 v.º). Bernardino da Silva Guimarães faleceu no estado de solteiro a 2 de Junho de 1845 com a idade de 49 anos. Era filho de Maria Luís e de pai incógnito (Arquivo da Arquidiocese de Luanda [AAL]. Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios. Óbitos, 1851-1858, fl. 173).

¹⁸ “De cor parda, nascida em Luanda em 1788, esta senhora foi uma das mais ricas e célebres negociantes de grosso trato do séc. XIX. Girava com avultados cabedais em várias praças do mundo, principalmente no Brasil. Versando a sua biografia, está em preparação um trabalho da minha autoria, intitulado: *Ana Joaquina dos Santos Silva: paradigma de uma poderosa aristocracia luandense na 1.ª metade do século XIX*.”

punha de "biblioteca" própria, equipada com 68 volumes¹⁹ e, além disso, de um piano²⁰ à volta do qual se pode imaginar o negociante e a família em sessões de convívio, brindando a melhor sociedade luandense com saraus de música e canto e recriando por imitação o bom gosto típico de outras capitais.

Mesmo considerando a ausência de predicados que Maia Ferreira lamenta faltar à sua terra natal – *que extasie[m] e revele[m] primor* –, era naqueles salões das principais famílias da colônia que se cumpria a «possibilidade do civil convívio» graças à troca e afinamento de idéias. Outras vezes o convívio revestia diferentes matizes, em geral ao redor de uma mesa, em jogos de cartas que se arrastavam até de madrugada. Ou no baile que todos os domingos à noite o governador oferecia no seu palácio e onde, segundo o médico austríaco George Tams, comparecia (...) *uma heterogênea multidão de pretos, brancos, e mulatos, todos igualmente ensoberbecidos com a honra de que se achavam gozando* (...) ²¹. Para os espíritos mais exigentes havia ainda o recanto e a descrição dos gabinetes de leitura nos domicílios particulares; ou o refúgio nos claustros dos conventos para falatórios mais à surdina; ou as sacristias das igrejas e os aposentos privados dos dignitários da Igreja.

Contudo, as «possibilidade de convívio» e de salutar esclarecimento entre as pessoas não se esgotavam nestas formas de sociabilidade. Num certo sentido as irmandades também preencheram este ideal, tanto no plano da fé religiosa como no plano político. Luanda enxa-meava de confrarias desde o séc. XVIII. Algumas, porém, na centúria seguinte decaíram ou desapareceram. Como associações reguladas pelo código do direito canônico, as irmandades jamais tiveram o impacto da Maçonaria. Esta, não obstante os «paradoxos» de que enfermou, teve a sustentá-la em todos os tempos uma virtualidade histórica indiscutível: o *espírito do século*, no dizer de Paul Hazard. Este espírito na Maçonaria sempre se definiu (...) *pelo propósito de transformar a sociedade mediante o exercício da liberdade política; pela guerra sem quartel aos tiranos, aos déspotas e aos privilégios* (...) ²².

¹⁹ Da biblioteca de Bernardino da Silva Guimarães faziam parte obras como: *Clência do Governo; Princípios da Política; Discurso sobre a História Universal*, de Bossuet; *Geografia Universal; Tratado de Geografia*, de Balbi; *Aventuras de Telémaco* (em língua francesa), de Fénelon; *Contrato Social*, de Jean Jacques Rousseau; *Dicionário*, de Bluteau (9 vols.); *Cartas do Marquês de Pombal* (2 vols.); *História da Inquisição*, e outras mais, para citar somente as mais importantes (*idem, ibidem*, fls. 48-49 e 65v.^o-68v.^o).

²⁰ Dada a proximidade com o Brasil, essa aristocracia abastecia-se nas praças do Rio de Janeiro, Salvador e Pernambuco. Roupas, talheres, móveis e outros adomos, e também madeiras utilizadas na construção de casas de morada, tudo se comprava nesses portos. Até pianos. Os mais vendidos no Rio de Janeiro eram os *Erard Frères*, de fabrico francês (jornal *Malagueta*, n.^o 2, sábado, 2 de Março de 1822, p. 6).

²¹ TAMS, George. *Visita às Possessões Portuguezas na Costa Occidental D'Africa*, volume primeiro, Porto: Typographia da Revista, 1850, p. 226.

²² SERRÃO, Joel. "Maçonaria". In Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, Porto: Livraria Figueirinhas, 1985, p. 120.

Em Angola a Maçonaria cumpriu admiravelmente com a regra de ouro da sua atividade, inspirando e emprestando o seu apoio a um bom número de conjuras. Nas suas lojas os *filhos do país* discutiam e trocavam papéis noticiosos com os quais se documentavam coletivamente. Muito antes da independência do Brasil, e mesmo antes da Maçonaria portuguesa ter surgido em solo africano²³, a ação desses «clubes muito recônditos» decorria sob o signo do Grande Oriente do Rio de Janeiro. Os seus adeptos, majoritariamente mulatos, não escondiam simpatias pelo Brasil e, inclusive, defendiam, a união de Angola com esse país. Assustados com todas estas comoveções sociais que abalaram Luanda e Benguela em 1821-24, súbditos reinóis queixavam-se do desatino dessa gente que arrancava dos (...) *chapeus o Laço da Nação, anhelando por firmar em lugar dele o da independência*²⁴.

Foram exatamente essas lojas – atento o seu papel como parturientes das idéias de revolução na colônia – as responsáveis, em grande medida, pela difusão de livros, jornais, folhetos, proclamações e diversos outros papéis; ou a de simples correias de transmissão da nova ideologia do século das Luzes. Ideologia que se traduziu na doutrina revolucionária e contribuiu para estilhaçar e provocar a *reviravolta das idéias que tinham iluminado e dominado o século XVIII*.

Não se pode negar que eram imensas as diferenças que opunham a vida social na colônia e a vida social nas cortes da Europa, e mesmo na Corte do Brasil. Nestas últimas, pontificava a (...) *erudição, luzes e conhecimento*, aliados ao (...) *polimento mais exigente da aristocracia, que logo a burguesia pass[ou] a imitar*²⁵. Pelo contrário, em Angola, entre a assembléia civilizada e oficial (no palácio do governo, no Senado da Câmara, no paço episcopal, etc.) e a reunião no botequim ou nos salões, situava-se (...) *a reunião mais ou menos documentada, na loja maçônica, presa talvez por invisíveis fios* (...) ²⁶ tanto ao botequim como à assembléia.

²³ As mais antigas oficinas portuguesas que se conhecem em Angola datam da década de trinta, a saber: a loja *Caridade*, cujas atividades em Luanda remontam a 1837; a loja *Luz Africana*, fundada naquela cidade em 1841, que prestava obediência à *Maçonaria do Sul*, esta com sede em Lisboa e criada por motivo da cisão que houve no seio da Maçonaria lusa entre 1834 e 1849; a *Caridade Lusitana* constituída em 1844 nesta mesma cidade; a *Amizade Fraternal* e a loja *União II*, fundadas em Benguela antes de 1848 (cf. PACHECO, Carlos. "Arsênio Pompílio Pompeu de Carpo. Uma vida de luta contra as prepotências do poder colonial em Angola", *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical / Centro de Estudos Africanos e Asiáticos (16-17), 1992-1994, p. 80; PACHECO, Carlos. *José da Silva Maia Ferreira. Novas Achegas para a sua Biografia*, Luanda: UEA, 1992, pp. 62-63; cf. também MARQUES, A. H. de Oliveira. *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol. I, Lisboa: Editorial Delta, 1986, col. 75.)

²⁴ AHU Angola, 1.ª seção, cx. 142, doc. 43, "representação de cidadãos de Angola ao governador e capitão general, queixando-se das perseguições movidas pelo atual governo provisório. Loanda, 20 de Maio de 1823".

²⁵ MARTINS, António Coimbra. "Luzes". In Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, *idem*, p. 103.

²⁶ *Idem, ibidem*.

De qualquer maneira, Luanda e Benguela eram esses microcosmos dotados de uma especificidade social e cultural própria e onde os hábitos e manifestações objetivas da atividade dos seus habitantes em nada correspondem aos estereótipos criados por uma certa corrente historiográfica.

A biblioteca de Manuel Patrício Correia de Castro

Alguém, por exemplo, que nesse tempo se distinguiu como personalidade das mais cultas da sua época é o reverendo arceidiago Manuel Patrício Correia de Castro. Nado e criado em Angola²⁷, este indígena (de cor parda) veio a ser deputado pelo seu país em 1822 às Cortes Gerais de Portugal. Alcançando a formação escolar de base na terra que o viu nascer, Manuel Patrício prematuramente se revelou possuído de dotes excepcionais para o sacerdócio. Foi seu professor o sapientíssimo doutor Manuel Dantas Lima, vigário geral e provisor do bispado, que lhe ministrou os melhores conhecimentos de humanidades e de teologia moral. A comunidade eclesial reverentemente o tratava pelo epíteto de *padre mestre Patrício* em homenagem aos seus dons de claridade intelectual. Em 1813, impossibilitado de receber em Angola o benefício eclesiástico por não haver no bispado quem lho conferisse, foi deabalado até ao Rio de Janeiro com cartas recomendatórias a fim de se submeter a exames sinodais. Tomou a dignidade de sacerdote das mãos do chefe da igreja fluminense, D. José Caetano da Silva Coutinho.

Era indiscutivelmente uma figura emblemática. A sua tripla faceta – como prelado, político e historiador – desafia a imaginação dos estudiosos. Como historiador legou à posteridade alguns valiosos testemunhos²⁸. A sua biblioteca particular integrava 416 volumes e rivalizava – em tamanho e qualidade – com a de outros ilustres

²⁷ Manuel Patrício era filho natural da parda Angélica de Castro e de um cônego da Catedral de Luanda, cuja identidade se desconhece. Foi batizado na paroquial igreja dos Remédios a 3 de Abril de 1789 (AAL, Freguesia dos Remédios. Batismos, 1787-1796, fl. 78v.^o; Arquivo Histórico Ultramarino [AHU], Angola, sala da 1.^o seção, cx. 143, doc. n.^o 66, 1823-1825, "Eclesiástico" – "of.^o de Fr. João Bispo d'Angola para o Illmo. e Exmo. Snr' Joaquim Monteiro Torres, Loanda, 11 de Outubro de 1825").

²⁸ Dentre os mais importantes testemunhos, contam-se: *Memorial sobre os males que impedem o engrandecimento do reino de Angola, 1823* (Arquivo do Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro [AIHGB], lata 28, pasta 21); *Apontamentos Históricos dos Capitulares da Sé Catedral de Luanda*. Este último é um manuscrito, parcialmente inédito, que monsenhor Manuel Alves da Cunha, missionário do clero secular e antigo vigário geral do bispado de Angola e Congo, mandou datilografar e se encontra à guarda da biblioteca da Arquidiocese de Luanda. A sua consulta foi-me gentilmente autorizada pelo falecido arcebispo D. Manuel Nunes Gabriel (ver GABRIEL, Nunes. *Angola, Cinco Séculos de Cristianismo*, Queluz: Edição Litera, s. d., p. 196).

súbditos, do Brasil²⁹ e da América Setentrional. Desse acervo destacam-se os clássicos da Antiguidade, os fundamentais da Igreja Católica Romana e as obras dos iluministas franceses³⁰. Ao falecer em Julho de 1833 na sua casa do Largo do Pelourinho, em Luanda,³¹ Correia de Castro deixou bens avaliados em 908\$300 réis, dos quais 219\$400 rs. correspondiam a livros³². Para a época, especialmente para o meio social angolense, era um fato digno de respeito; um paradigma, tendo em conta a situação colonial que se caracterizava pela ausência de «fontes de cristal», conforme expressão de Arsênio Pompílio Pompeu de Carpo³³.

A ausência de ensino sistemático

Na verdade, o estado da instrução em Angola era mais que precário. Faltavam escolas públicas e privadas. Nas décadas de 30/40 apenas funcionavam as aulas régias do cônego magistral Antônio de Azevedo Galiano, *filho do país*³⁴, que se administravam no Hospício de Santo Antônio, em Luanda, com uma vertente mais religiosa que secular. Grande número de nativos cursava essas aulas, mormente as aulas de gramática latina, o que prova o desempenho, porventura

²⁹ Compare-se essa biblioteca com a do cônego brasileiro Luiz Vieira da Silva que agrupava 599 volumes. Na conspiração ajustada em Minas Gerais, em 1789, esse dignitário passava por ser no meio dos conjurados o mais lido e o mais culto *inter pares* (cf. "Avaliação dos livros sequestrados ao cônego Luiz Vieira". In *A Inconfidência Mineira (Autos de Devassa)*, vol. 1, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1936, pp. 445-465).

³⁰ A título de curiosidade, cito alguns títulos que compunham essa biblioteca: *Pensamentos*, de Pascal (2 volumes); *História Filosófica* (10 vols.); *Elogios Lidos nas Sessões Públicas da Academia Francesa* (6 vols.); *Obras de Montesquieu* (4 vols.); *Index dos Livros Proibidos*; *História de França* (12 vols.); *O Estado do Tratado dos Negros*; *O Grito dos Africanos contra os Europeus*; *Epístolas*, de Cícero; *Comentários*, de Júlio César (2 vols.); *Obras*, do holandês Gerard Noodt; *Biblioteca*, de Ferrari; *Obras*, de Bossuet (figurando aqui certamente o *Discurso sobre a História Universal*); *Fábulas*, de La Fontaine; *Memórias da Literatura Portuguesa* (12 vols.); *Gramática da Língua Ambunda*; e *Dicionário* daquela língua (AJCL Processos orfanológicos, proc. 159, maço 6 [com 6 apensos], fs. 6-11 e 11 v.º-16, "autos de inventário dos bens do falecido Reverendo Arceidiago Manoel Patrício Corrêa de Castro, de quem he testamenteiro e inventariante Innocêncio Mattozo de Andrade e Câmara e herdeiro Manoel, idade trez annos, 1833").

³¹ MORAIS, Manuel Monteiro de. "Dedicatória à saudosa memória do cônego Manoel Patrício Corrêa de Castro; primeiro deputado por esta província nas Constituintes celebradas em 1822", *O Futuro d'Angola*, n.º 56, Luanda 30 de Dezembro de 1886.

³² "Autos de inventário dos bens do falecido Reverendo Arceidiago Manoel Patrício Correa de Castro", cit. (ver PACHECO, Carlos. *José da Silva Maia Ferreira. O Homem e a sua Época*, cit., pp. 142-143, nota 29).

³³ CARPO, Arsênio Pompílio Pompeu de. *Dedo de Pigmeu*, poema "Loanda", *O Futuro d'Angola*, n.º 46, Luanda, 26 de Setembro de 1886.

³⁴ Mulato, natural de Ambaca, filho legítimo do alferes de milícias Antônio de Azevedo Galiano e de Clara de Sousa Santos. Além de professor de gramática latina, desempenhou vários outros ofícios diocesanos, o principal dos quais o de vigário capitular e governador do bispado. Faleceu a 13 de Abril de 1849 em Luanda (AAL Câmara Eclesiástica, «mandatos, provisões, diversos, 1825-1880; AAL Freguesia dos Remédios. Óbitos, 1842-1852, fl. 243v.º).

decisivo, da Igreja Católica como esteio das políticas de alfabetização na colônia durante séculos³⁵. Até o ensino doméstico teve (...) *uma importância hoje dificilmente imaginável* (...) ³⁶ enquanto opção reservada aos segmentos sociais mais abastados. Somente determinadas famílias estavam em condições de contratar os serviços de um pedagogo particular para os seus filhos. Geralmente a escolha recaía num sacerdote – o amigo e confessor da casa senhorial. Muitos desses padres eram filhos da terra, oriundos dos grupos sociais de maior proeminência, que gozavam de (...) *um extraordinário poder de ação sobre as novas gerações* ³⁷. Num território onde ler e escrever significava – como dizia Pedro da Paixão Franco – (...) *um título mais privilegiado do que o de barão ou visconde* (...) ³⁸, não é de admirar a influência cultural e, especialmente, a educação livresca que os membros do clero exerceram nessa sociedade. Muito do autodidatismo então prevalecente tem a ver com o papel desses ministros da Igreja que utilizaram a alfabetização e o subsequente acesso dos seus discípulos à leitura como um instrumento de transformação dos «valores e hábitos» sociais. Ou seja, como (...) *uma vitória contra a inércia das posições culturais* (...) fomentadas pelas autoridades coloniais³⁹.

Nem sempre a «cultura da escrita» equivale à «cultura da leitura». Uma não pressupõe a outra automaticamente. Escrever com alguma destreza não significa um convívio íntimo e permanente com os livros. Contudo, no que se refere à de Angola de Setecentos e Oitocentos, a realidade documental é bem mais rica do que se imagina, pois nela se podem captar novos cambiantes até agora passados em silêncio pelos pesquisadores. O exemplo desse grupo de nativos – de brancos, negros ou mulatos – que desfrutaram de altos cargos na administração pública da colônia, talvez seja uma questão central para se começar a pensar como esses homens, nas repartições do Estado, foram capazes de ombrear em conhecimentos e argúcia com servidores públicos europeus, cuja única primazia era terem habilitações superiores. Dotados de um invulgar engenho para a escrita – como o ilustram as cartas e outros documentos particulares a que tive acesso – esses nativos não foram menos exímios como leitores. Examinem-se os inventários orfanológicos de Nicolau das Necessida-

³⁵ Cf. PACHECO, Carlos. "A Origem Napolitana de Algumas Famílias Angolanas: I. Os Fançony", *Anais da Universidade de Évora* (5), 1995: 198.

³⁶ OLIVEIRA, Mário António Fernandes de. "Fatores de elitização de naturais de Luanda na segunda metade do século XIX", *Mensário Administrativo*, Luanda: CITA, n.º 186 a 191 – Jan./Jun. de 1963, p. 90.

³⁷ HÉBRARD, Jean. "O autodidatismo exemplar. Como Valentin Jameray-Duval aprendeu a ler?". In Roger Chartier (dir.), *Práticas da Leitura*, São Paulo: Estação Liberdade (tradução de Cristiane Nascimento; introdução de Alcir Pécora), 1996, p. 35.

³⁸ FRANCO, Paixão. *História de uma Traição (jornal de um proscrito)*. Com o retrato e prefácio do auctor, 1908-1909, vol. II, Porto: Livraria Moreira, 1911, p. 118.

³⁹ HÉBRARD, 1996: 38.

des Ribeiro Castelo Branco⁴⁰, do cônego Marcelino José de Campos⁴¹, de Pedro Torres Ribeiro⁴², e de outros. É surpreendente o filão informativo que essas fontes encerram no que respeita a livros. Sem dúvida outros nativos, pertencentes ao segmento social dominante, deram mostras de uma instrução menos perfeita. Mas eram eles, apesar de tudo, amparados no seu autodidatismo, que escreviam para Lisboa, para a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, e outrossim para os jornais⁴³, expondo as mazelas e flagelos do governo colonial⁴⁴. Até à década de 30, por causa da guerra civil em Portugal, os seus escritos apareciam na imprensa brasileira – *Correio do Rio de Janeiro* e *Aurora Fluminense* –, e, não poucas vezes, os seus autores se identificavam simplesmente como «angolenses».

O Brasil, fonte alimentadora de leituras

Donde provinham os papéis que se liam em Angola?

De toda a parte, menos de Portugal. Os navios dessa procedência rareavam na colônia. Em Agosto de 1827, nove meses depois de ter desembarcado em Luanda na situação de degredado, o bacharel em Leis, Antônio José Cabral de Melo Pinto⁴⁵, em carta particular para a Metrópole observava com enfado:

Continua a desgraçada falta de notícias de Lisboa não aparecendo hum só Navio com bandeira Portuguesa: veem de toda parte, menos de Portugal, de maneira que por semelhante falta e pelo abandono em que teem este Reino, ninguém poderá dizer que hé pertença de Portugal⁴⁶.

⁴⁰ Foi secretário geral do governo. Um autodidata.

⁴¹ Serviu por duas vezes no cargo de secretário geral. Faleceu em Luanda (1784-1837).

⁴² Advogado de provisão, confirmado como delegado do procurador da Coroa e Fazenda. Não se graduou em Direito.

⁴³ Regra geral, esses nativos escreviam para jornais lisboetas – a *Revolução de Setembro* e o *Patriota*.

⁴⁴ AHN (Luanda). Secretaria do Governo Geral, códice 69.-A-15-3, "Ofícios para o Reino" (confidenciais), fl. 34v.^o.

⁴⁵ Nascido, em 1783, no lugar de Papizios, bispado de Viseu / Portugal, e formado pela Universidade de Coimbra, Antônio José Cabral de Melo Pinto casou-se em 1831, em Luanda, com Teresa Luísa de Jesus, filha do capitão-mor João Rodrigues Martins, brasileiro, e de Ana Joaquina dos Santos (ver nota 18). Serviu nos lugares de ouvidor geral interino e de corregedor da Comarca de Luanda. Igualmente se estabeleceu com casa de comércio e como armador. Dispunha de fundos próprios no Rio de Janeiro e Bahia. Faleceu no degredo em 1833.

⁴⁶ "Para o Illmo. Snr. Jerônimo Francisco Fernandes, Digníssimo Porteiro do Tribunal de Dez.^o do Paço – Lisboa. S. Paulo de Loanda – 17 de Maio de 1828. A. J. Cabral de Melo Pt.^o". Esta missiva, como outras que coligi do mesmo remetente, fazem parte da coleção de epístolas redigidas do degredo de Angola pelo dito bacharel até 2 de Abril de 1832. Os originais encontram-se em poder do respectivo proprietário legal, Henrique Abranches Ramos da Costa, residente em Lisboa. Devo a este senhor a amabilidade de ter podido xerocopiar na íntegra aquele precioso espólio documental.

Por sua vez, Rui Gemack Possolo, cônsul brasileiro em Luanda, ao discorrer sobre "o último ponto da decadência" a que chegara o comércio de Portugal com a África, informava que, tirante uma nau de viagem, nenhum outro navio tocava anualmente aquele porto. As cargas quase sempre se resumiam a desterrados. E concluía: sem comércio com o Brasil, Angola expunha-se a ser uma terra irremediavelmente estéril⁴⁷.

Neste reparo do diplomata é patente a disposição do Brasil de não abdicar da sua influência estratégica no comércio transoceânico. Em especial com a África. Embora o imperador D. Pedro tivesse prometido renunciar a toda e qualquer veleidade sobre os domínios africanos portugueses ao celebrar com Portugal, em 1825, o "Tratado de Paz e Aliança"⁴⁸, as trocas com Angola iriam conhecer então um novo incremento. A dependência da costa africana aos interesses brasileiros não só se reforçou, em volume de mercadorias permutadas, como se dilatou no tempo. Até ao 4.º decênio do século⁴⁹. O exemplo de Cabinda é sintomático: em 1827 o Brasil dispunha na área de uma força naval destinada a proteger os seus interesses no negócio de escravos. Negociantes de Luanda colaboravam na manutenção dessa esquadra⁵⁰.

Evidentemente que os papéis levados para Angola iam do Brasil. Não faz sentido afirmar, como certos historiadores, que os fluxos e intercâmbios comerciais com as praças de Luanda e Benguela se restringiam a víveres, aguardente, fazendas e quinquilharias depois trocados por escravos, pontas de marfim e cera. Embora as pautas de importação sejam omissas na escrituração do comércio de livros e jomais, este comércio existiu. Muitas vezes encoberto. Basta compulsar o jornal *Malagueta*, editado no Rio de Janeiro em 1822, onde numa das suas colunas se lê que, quem estiver interessado em subscrever a

⁴⁷ Arquivo Histórico do Itamaraty [AHI] (Rio de Janeiro). Missões Diplomáticas Brasileiras, Angola, 1827-1864, 238, 2, 1, "of.º de Rui Gemack Possolo para o marquês de Inhambupe, conselheiro de Estado, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Luanda, 24 de Fevereiro de 1827", fl. 2.

⁴⁸ Este assunto é esmiuçado por PACHECO, Carlos. *Benguela e a Independência do Brasil*. Lisboa: Vega (no prelo). Sobre o "Tratado de Paz e Aliança entre Portugal e o Brasil, assinado no Rio de Janeiro a 29 de Agosto de 1825", ver PINTO, António Pereira. *Apontamentos para o Direito Internacional* (introdução de António Augusto Cançado Trindade), vol. 1, Brasília: Ministério da Justiça, co-edição com a Editora Universidade de Brasília (coleção: "Memória Jurídica Nacional"), 2.ª edição, 1980.

⁴⁹ Em 1836, Angola figurava como terceiro maior cliente do Brasil, com 761 toneladas de mercadorias recebidas (*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: n.º 145, quinta-feira, 7 de Julho de 1836, p. 6, "Exportação dos principaes productos do paiz para os portos estrangeiros"). Este avantajado comércio entre os dois lados do Atlântico empregou, em 1835-40, mais de 400 navios (Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, Lisboa [IAN/TT]. Ministério dos Negócios Estrangeiros. *Legação de Portugal no Rio de Janeiro*, cc. 4, maço 1 [1840], "of.º n.º 17 de 10 de Outubro de 1840 de Ildefonso Bayard para Rodrigo da Fonseca Magalhães").

⁵⁰ Pelo menos, até fins de 1827, os artigos indispensáveis à manutenção dessa força eram fornecidos por Joaquim Martins Mourão (dos maiores negociantes da praça de Angola) e Francisco José Luís Vieira, os quais logo a seguir acabaram por abandonar a colónia liquidando todas as suas contas (AHI Missões Diplomáticas Brasileiras, Angola, 1827-1864, 238, 2, 1, "of.º de Gemack Possolo para Nicolau de Abreu Castelo Branco, governador e capitão general de Angola. Consulado brasileiro em Luanda, 23 de Novembro de 1827", fls. 29-29v.º).

folha para a despachar para as “províncias ultramarinas” de Portugal, pode fazê-lo gozando de determinados descontos conforme os lotes adquiridos. Era administrador do *Malagueta* o proprietário da maior loja de livros da cidade – Manuel Joaquim da Silva Porto⁵¹, cujo catálogo oferecia obras do abade Raynal, Molière, La Fontaine e Bocage⁵².

Do Brasil iam igualmente outros papéis não menos *revolucionários e incendiários* susceptíveis de criar nos governantes de Angola penosas expectativas e inquietações. Em 1817 Luís da Mota Fêo mandou apreender papéis provenientes de Pernambuco, transportados pelo mestre do bergantim *Regeneração* e destinados ao juiz de fora de Luanda, Manuel Leite de Faria, que fora descoberto por andar a propalar junto de personalidades gradas da terra as máximas contidas nos referidos impressos⁵³.

De todas as praças do Brasil o Rio de Janeiro foi aquela que maior influência – cultural e política – exerceu em Angola. Esse burgo distinguia-se por ser – como diz José Honório Rodrigues – (...) *a sede dos liberais e maçônicos, aspirando pelas liberdades públicas*⁵⁴. De lá se transferiu, primeiro para Benguela e depois para Luanda, em 1822-23 (...), *hum célebre P.^e António Joaquim de Macedo, Português de Nação* (...), acusado de concitar os povos daquela capitania a aderir à causa do Brasil e de proclamar a favor dela; e de, acima de tudo, ser um emissário do Imperador D. Pedro I com instruções para na capital do Reino de Angola (...) *meter a mesma Sizania geral nos animos dos Cidadãos* (...). Europeus em Benguela acusavam este sacerdote ser da íntima amizade de Antônio Lopes Anjo, governador interino da província e «filho da terra»⁵⁵, a quem visitava horas mortas da noite para, como reza a denúncia, (...) *milhor occultarem os seus projectos*⁵⁶. Por outro lado, para o Rio de Janeiro e outras partes, se escapuliram em mais de uma ocasião angolanos e filhos do Brasil, todos perseguidos por armarem desordens políticas em Angola – ou, simplesmente, por serem portadores de livros proibidos⁵⁷.

⁵¹ *Malagueta*, edição n.º 19, sábado, 23 de Março de 1822, p. 74.

⁵² *Diário do Governo*, edições n.º 18, de 22 de Fevereiro de 1822, p. 71, e 23, de 28 de Fevereiro, p. 92.

⁵³ AHU, Angola, cx. 133, doc. 52, “ofício do gov.^o e cap.^m general de Angola Luís da Mota Feo ao Sr. Tomás António de Vilanova Portugal sobre diferentes papéis (...)”, Luanda, 22 de Setembro de 1817.

⁵⁴ RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte (relações e política brasileiro-africana)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A. 1.ª ed., 1961, p. 133.

⁵⁵ Tido em Benguela como um dos negociantes mais abastados, Antônio Lopes Anjo (de cor parda), integrou em 1822, ao lado de Francisco Ferreira Gomes, João Batista Benites, e outros, um movimento que advogava a união de Benguela com o Brasil. Vários apelos nesse sentido foram dirigidos a D. Pedro, regente e depois imperador do Brasil, para que protegesse aquela capitania. Em troca receberam vários apoios, inclusive armas. Todos os integrantes do movimento eram proprietários e negociantes de grosso-trato, dos mais poderosos daquele distrito (cf. PACHECO, Carlos. *Benguela e a Independência do Brasil*, Lisboa: Vega [no prelo]).

⁵⁶ AHU, Angola, 1.ª seção, cx. 142, doc. 43, “representação de cidadãos de Angola ao governador e capitão general, queixando-se das perseguições movidas pelo atual governo provisório. Luanda, 20 de Maio de 1823”.

⁵⁷ Um desses livros era o catecismo dos pedreiros-livres. Estes eram assim chamados por pertencerem à confraria laica dos irmãos maçons.

Não se me oferecem dúvidas de que em Angola os hábitos de leitura foram, entre uma determinada camada social – de brancos, negros e mulatos – uma experiência que remonta a um tempo bem mais antigo do que aquele que pretende uma certa historiografia. Seguramente esse gosto pelas “práticas culturais do escrito” antecede em um bom número de décadas a época do aparecimento do *Boletim Oficial do Governo*, em 1845.

Com efeito, já muito antes disso, o pensamento das luzes se tinha propagado, qual lavas de um vulcão, impelindo o deflagrar das revoluções por todo lado. Primeiro, a Revolução Americana nas treze colônias inglesas do Novo Mundo que precipitou a revolução no século XVIII, dando volta à cabeça, como enfatizou alguém, aos espíritos superiores; depois a grande Revolução Francesa e as revoluções libertárias no hemisfério latino-americano. Tratava-se na verdade do renascer de uma Idade de Ouro. Com essas revoluções – que não deixaram ninguém imune –, acertaram-se os ponteiros no grande relógio despertador das consciências, mesmo das mais adormecidas. Em Angola os ecos de tantas convulsões chegaram de forma esbatida e distante no tempo. Mesmo assim as pessoas não deixaram, face aos processos de mudança pelo mundo fora, de se sobressaltar e despertar, acompanhando ou tentando perceber – exatamente através dos jornais, gazetas e folhas volantes oriundos da Europa e do Brasil – os novos ventos da história.

Periódicos que se liam

Exemplo de leitura então bastante apetecida e procurada pelos angolanos foi o jornal *Correio Brasiliense*, do brasileiro Hipólito da Costa⁵⁸, editado em Londres –, de pendor mais doutrinário que informativo –, o qual, à semelhança de outros papéis, se vendia na colônia por contrabando. Este periódico circulou de 1808 a 1822 e encontramos-lo, por exemplo, no rol dos livros do alferes Antônio Dias de Oliveira (de cor negra), que exerceu funções como advogado de causas nos Auditórios de Luanda. Mais tarde foi oficial da companhia de milícias do Zenza e Quilengues, falecendo na capital a 8 de Julho de 1832⁵⁹. Este periódico, que teve por fito (...) *preparar para*

⁵⁸ Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça era maçom e foi preso em Lisboa em 1802 quando, à frente da Intendência Geral da Polícia, se achava Diogo Inácio de Pina Manique. Encerrado durante seis anos nos cárceres do Límoeiro, transitou dali para as masmorras do Santo Ofício donde seria resgatado pela Maçonaria portuguesa trinta e seis meses depois (cf. DIAS, Miguel Antônio. *Anaes e Código dos Pedreiros Livres em Portugal* (reimpressão fac-simile), Ericeira: Sol Invictus Atelier, 1990, pp. 34-35; ver do mesmo autor, *Architectura Mystica do Rio Francez ou Modema*: s. 1., 5843 (1843), p. 255.

⁵⁹ “Autos de inventário dos bens que ficarão nesta Cidade por falecimento de Antonio Dias de Oliveira, dados à escripta pela viuva inventariante D. Maria Roza da Silva – Herdeiro Manoela,

o Brasil instituições liberais e melhores costumes políticos⁶⁰, depressa atraiu contra si o anátema das autoridades portuguesas:

O Príncipe Regente Nosso Senhor tem sido servido determinar imediatamente que se proíba nesse Reino e seus domínios a entrada e publicação do periódico Correio Brasiliense, assim como de todos os mais escritos do seu furioso e malévolos autor⁶¹.

Outra leitura não menos cobiçada foi o jornal *O Portuguez ou Mercúrio Político, Comercial e Literário*, editado em Londres entre 1814-1823 por João Bernardo da Rocha Loureiro. Este intelectual, nascido na Guarda, Portugal, cedo se exilou na Inglaterra por defender para o seu país um sistema monárquico-representativo. Naquele periódico jamais deixou de fustigar os abusos do governo e (...) *advogar descobertamente a necessidade de se reformar (...)*⁶².

Com efeito, este jornal tornou-se muito lido em Angola. Pelo menos até 1818, data em que, por provisão do Desembargo do Paço de 9 de Julho, se mandaram afixar editais interditando em definitivo a sua entrada na colônia⁶³. As autoridades advertiam que as afirmações d'*O Portuguez*, comparadas com as do *Correio Brasiliense*, eram ainda (...) *mais sediciosas e incendiárias (...)*⁶⁴. Isto acontecia num período extremamente conturbado em que o governador Luís da Mota Fêo preocupado não se dava tréguas para fazer parar a enxurrada de papéis noticiosos e de doutrinação política que de toda a parte afluíam àquela possessão africana.

Não menos odiada foi a *Gazeta Estrela*, editada no Rio de Janeiro, e cuja leitura na colônia se fazia às ocultas. O governador miguelista Nicolau de Abreu Castelo Branco assacava-lhe o crime de falar de (...) *maneira insolente (...)* *das mais altas personagens portuguezas, e do ministerio de Sua Magestade Fidelissima (...)*; bem como de atear o facho da desordem (...) *e o mais horroroso despotismo exercitado em Portuga*⁶⁵. Re-

idade trez annos; Antonia, idade quatro annos; Joanna, idade dous annos. Loanda 24 de Julho de 1832" (AJCL. Processos orfanológicos, proc. 147, maço 6, fl. 5; AAL Núcleo Eclesiástico, 1823. "Autuação d'hum mandado executivo em que são partes autor o alferes António Dias d'Oliveira, advogado de causas dos auditórios desta cidade e ré a preta livre Theodora João, casada com Cypriano d'Azevedo, 1823"; Arquivo Histórico Nacional, Luanda [AHN], Secretaria do Governo Geral, códices do barão de Santa Comba Dão para Januário António de Sousa Gomes, juiz pela Lei e Crime", fls. 25v.^o-26).

⁶⁰ DOURADO, Mecenas. *Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense*, apud SODRÉ, Nelson Wemeck. *A História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira (coleção "Retratos do Brasil", vol. 51), 1966, pp. 26-27.

⁶¹ SODRÉ, Nelson Wemeck, op. cit., p. 31.

⁶² "João Bernardo da Rocha Loureiro". In Inocêncio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliographico Portuguez. Estudos de (...) applicáveis a Portugal e ao Brasil, continuados e ampliados por Pedro V. de Brito Aranha (...)*, tomo III, Lisboa: na Imprensa Nacional, MDCCCLIX, pp. 326-330.

⁶³ "Ofício de 10 de Dezembro de 1818 do governador Luis da Mota Fêo para o Desembargo do Paço", *Arquivos de Angola*, 2.^o Série, vol. XVIII, n.^o. 71 a 744 - Jan./Dez., 1961, p. 262.

⁶⁴ TENGARRINHA, José. "Imprensa". In Joel Semão (dir.), *Diccionario de História de Portugal*, vol. VIII, p. 252.

⁶⁵ "Ofício n.^o 13 de 6 de Agosto de 1824 do governador Nicolau de Abreu Castelo Branco para o conde de Subsera" (AHN. Secretaria do Governo Geral, códice 11.-A-3-2, fl. 9 v.^o).

corde-se que a Metrópole passava então por tempos funestos. O infante D. Miguel assolava o país com o seu bando sedicioso, o trono e o altar perseguiram ferozmente os pedreiros-livres⁶⁶. A Angola aportavam levadas sucessivas de degredados.

Foram inúteis os meus esforços para encontrar este periódico nas bibliotecas do Rio de Janeiro. Em todo o caso, ficou-me a impressão que se trataria de uma tribuna de expressão maçônica cujos patronos seriam portugueses, talvez de origem madeirense, refugiados naquela cidade carioca⁶⁷.

Também colocado no índice esteve o *Diário Fluminense*⁶⁸, que se imprimia com a chancela do império do Brasil. Começou a editar-se no Rio de Janeiro a 21 de Maio de 1824. Posto que diferente dos periódicos anteriores a que tenho feito referência, dada a sua feição antimaçônica⁶⁹, o discurso antilusitano que resumava das suas páginas tomou-o malquisto das autoridades portuguesas:

(...) *Nada, Nada de Portugal, que nós não queremos, nada da sua Governança; Nada do seu Jacobismo.* (...) *Não imagine, Sr. Redator, que eu também sinto a raiva vulgar dos Tamoyos, e da canalha contra os Europeus* (...) ⁷⁰.

Por outra parte, muito antes da época do *Boletim Oficial* haviam chegado a Angola notícias do premeditado levantamento de Minas Gerais, no Brasil, em 1789. Alguns dos réus dessa abortada conjuração acabaram por ser sentenciados a degredo para aquelas partes de África, nas pessoas de Inácio José de Alvarenga Peixoto, tenente-coronel Luiz Vaz de Toledo, José Álvares Maciel, sargento-mor Francisco Antônio de Oliveira Lopes, tenente-coronel Domingos de Abreu Vieira e tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrada, este último tido em Vila Rica de Ouro Preto, até à hora da sua prisão, por *intelectual ativo*⁷¹. Apenas um desembarcou em Benguela, os restantes em Luanda⁷². Todos foram portadores de cartas de reco-

⁶⁶ DIAS, Miguel Antônio. *Annaes e Codigo dos Pedreiros Livres de Portugal* (reimpressão fac-símile). Ercelira: Sol Invictus Atelier, 1990, pp. 53-56.

⁶⁷ Cf. PACHECO, Carlos. "Arsênio Pompílio Pompeu de Carpo", cit. p. 79.

⁶⁸ A partir de 25 de Abril de 1831 este periódico tomou a designação de *Diário do Governo*.

⁶⁹ Na edição n.º 13, de terça-feira, 18 de Janeiro de 1825, vol. 5.º, lê-se este "aviso do redator": *Pois que os Brasileiros entregarão as rédeas do Governo ao Nosso Augusto Imperador, único de quem confiam seus destinos, e não de sociedades secretas, cujo nome lhe basta: nada nada, fora com as suas secretas deste Império.*

⁷⁰ "Correspondência", edição n.º 22, sábado, 29 de Janeiro de 1825, vol. 5.º, p. 87.

⁷¹ Esta referência consta de um pós-escrito inserto na notícia dada por Álvares Maciel ao governador de Angola, D. Miguel Antônio de Melo, sobre os livros que possuía e os que lhe eram imprescindíveis para [...] *poder dar principio à fundação de uma fábrica de ferro no sítio denominado Catari, jurisdição de Golungo e província de Ilamba* [...] (*Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, vol. 9, Brasília: Câmara dos Deputados, 1977, pp. 345-355).

⁷² Em Benguela desembarcou o réu Francisco Antônio de Oliveira Lopes, que foi entregue à responsabilidade do juiz de fora daquela capitania, desembargador Antônio da Silva Lisboa, brasileiro de nação, tendo este deferido (...) *a melhor hospitalidade a Francisco Antônio, dispensando-o da transferência para o Bié*. Este fato, embora sem mais conseqüências, provocou

mendação de amigos seus no Brasil para amigos destes vivendo em Angola. Abreu Vieira, por exemplo foi recomendado a João Isidoro da Silva Regadas⁷³ por um comerciante do Rio de Janeiro, de seu nome Antônio Jacinto Machado, dono de uma loja de venda por atacado e conhecido como declarado maçom⁷⁴.

Ao contrário do que geralmente se supõe, a presença daqueles homens em Angola esteve longe de ser pacífica. Malgrado as prevenções que os cercavam, o contato com angolanos contribuiu naturalmente para fazer desabrochar no espírito destes últimos uma nova visão do mundo⁷⁵. Em especial, a curiosidade por certas leituras proibidas que aqueles desterrados bem conheciam: a *História filosófica e política dos estabelecimentos e do comércio europeu nas duas Índias*, do Abade Reynal⁷⁶, e *As leis Constitutivas dos Estados Unidos da América Setentrional*. É assim que entre angolanos, brasileiros e europeus africanizados se instalou um clima de convivência e cumplicidades. Todos juntos passaram a partilhar de «esperanças algo utópicas». Os governadores sentiam-se apreensivos e lamentavam os males que oprimiam o Estado, (...) e que ou impedem, ou retardão a sua tranquilidade (...). Os ofícios D. Miguel Antônio de Melo (governador e capitão general), datados de 1801, são claros nesse ponto. O principal motivo de inquietação era o comportamento dos degredados e (...) naturais deste País (...), que os imitam nos costumes (...), perpetuando delitos de péssimo exemplo, e de perigosas, e ruins conseqüências⁷⁷.

a irritação do governador e capitão-general de Angola (*Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, 9: 191-192). Dos restantes degredados, só Luiz Vaz de Toledo, José Álvares Maciel e Francisco de Paula foram autorizados a viver em Luanda (*Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, 9: 396-397). Por seu turno, Luiz Vaz de Toledo em 1801 era escrivão no foro de Luanda. Deixou nesta cidade um filho natural.

⁷³ "Antônio Jacinto Machado - carta a João Isidoro da Silva Regadas em favor de Domingos de Abreu Vieira. Rio de Janeiro, 20-06-1792" (*Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, 9: 158-159). Sobre este João Isidoro da Silva Regadas não disponho sequer de um mínimo de informações. Em vão pesquisei no Arquivo da Arquidiocese de Luanda. Penso que seria um parente (talvez sobrinho) de Manuel Francisco Regadas, comerciante português dos mais endinheirados da praça de Luanda no último quartel do séc. XVIII. Por outro lado, Manuel Francisco Regadas teve um sobrinho, Joaquim da Silva Regadas, que se afirmou como um dos mais sólidos e acreditados negociantes de Luanda e herdeiro dos bens deixados por falecimento do seu tio.

⁷⁴ *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, 9: 154-157.

⁷⁵ Frei Raimundo da Anunciação Penaforte em 1792 escreveu um livrinho interessante a que deu o título de: *Últimos momentos dos Inconfidentes de 1789, pelo frade que os assistiu em confissão*. Com notas do autor. Nele, a determinado passo das suas notas, brinda-nos com esta judiciosa e não menos esclarecedora observação: *Como escrevo para o futuro, devo atestar o que narro. Entre os papéis apreendidos aos réus, acharam-se muitas poesias, verdadeiras sátiras contra os europeus, e um poema que metia a ridículo todo o governo da Soberana - notícia a mim comunicada por um dos ministros que formaram o tribunal que os sentenciou* (*Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, 9: 117).

⁷⁶ A edição do Abade Reynal data de 1780 e contou com a colaboração de Diderot e Holbach (*Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, 9: 144).

⁷⁷ "Ofício do governador de Angola D. Miguel Antônio de Melo para a Metrópole sobre o requerimento feito em 1715 pelos negociantes de Luanda ao Senado da Câmara, 4 de Junho de 1801", *Arquivos de Angola*, 2.ª série, vol. 26, n.º 103/106, Jan./Dez, p. 20.

Outro sucesso que teve reflexos no despertar da consciência dos angolenses foi a chegada a Angola, em Março de 1821, de duas centenas e tanto de desterrados napolitanos, todos condenados a exílio perpétuo⁷⁸ pelo seu envolvimento nos motins de 1820 em Nápoles contra a realeza dos Bourbons⁷⁹.

A maioria desses napolitanos militara na Carbonária⁸⁰, associação secreta denominada de (...) *o único instrumento da milícia revolucionária*⁸¹. O seu desembarque em Angola, como é de calcular, causou, segundo o governador e capitão general da época, forte perturbação em Luanda. Este acontecimento redundou em pretexto para de imediato haver (...) *alguns ajuntamentos de noite, aonde se falla sobre diferentes objectos, relativos aos acontecimentos da Europa* (...). No tocante a este ponto, o governador agregava

(...) que as Capitánias da Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará terão seguido o mesmo partido: e consta-me que sabendo-se da revolução de Pernambuco nesta Cidade igualmente começarão a haver conventículos e a quererem partir para all⁸².

No mesmo passo, e em tom de não simulada preocupação, o governador dizia que a chegada desses degredados, juntamente com outros procedentes de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro em diferentes navios, se converteria fatalmente num quebra-cabeça para as autoridades, na medida em que todos eles haviam presenciado (...) *as grandes Revoluções da Europa*⁸³.

Na verdade, este contato entre homens de diferentes nações só podia resultar nisso: mal estar e desconfiança nas autoridades, que viam especialmente nos degredados e na influência que eles podiam

⁷⁸ AHU, Angola, 1.ª secção, cx. 140, doc. n.º 45, 1821, Março 27, «Relação dos Napolitanos que vierão para este Reino, até o dia 29 de Março de 1821, e aonde se achão».

⁷⁹ PACHECO, Carlos. «A Origem Napolitana de Algumas Famílias Angolanas: 1. Os Fancony», *Anais da Universidade de Évora* (5), 1995: 181-201; *Idem*: 2. Os Romano Amado», *Anais UE* (7), 1997: 113-124.

⁸⁰ Entre a Carbonária e a Maçonaria existiam laços de fraternidade. A Carbonária principiou a sua actividade na Alemanha em 1810, contando nas suas fileiras com gente simples da classe dos obreiros, destacando-se os carvoeiros. Mais tarde implantou-se em França, mas é na Itália, a partir de 1816, que esta associação adquire maior significado, em virtude da multiplicação rápida das suas barracas. Em 1819, por ocasião dos motins de Nápoles, o carbonarismo já não era o que fora antes - uma associação cívica. Transformações internas outorgaram-lhe um novo estatuto que elevou o movimento à condição de força política, e é nessa qualidade que passou a lutar pela restauração da Itália, incluindo entre os seus membros (intitulados de primos) muitos eclesiásticos (ver DIAS, António, *Architectura Mystica* [...], *idem*, pp. 266-267; ver igualmente "O Juramento Carbonarista", in HOBBSAWM, E. J. *Rebeldes Primitivos. Estudo sobre as Formas Arcaicas dos Movimentos Sociais nos Séculos XIX e XX*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970, p. 237).

⁸¹ MONTANELLI, Indio. *L'Italia Giacobina e Carbonaria (1789-1831)*, Milano: Rizzoli Editore, 1972 (ver especialmente o cap. 26, "Carbonari", p. 393).

⁸² "Ofício de Manuel Vieira de Albuquerque e Tovar para o Conde dos Arcos, Luanda 17 de Fevereiro de 1821". Neste documento o governador denuncia o ouvidor geral do reino de Angola de proteger (...) *todos aqueles que são do ajuntamento, e já anteriormente os protegia, julgo que por motivos particulares, e secretos* (AHU, Angola, 1.ª secção, cx. 140, doc. n.º 45, 1821, Março 27).

exercer nos ânimos dos naturais um estopim de novas revoluções. Tal inquietação não era para menos. Essa gente trazia das pátrias de origem o espírito do desassossego e da revolta. Como deplorava o governador Albuquerque e Tovar a respeito dos napolitanos e outros duzentos degredados, as autoridades não dispunham de força militar capaz de lhes opor, visto (...) *os Corpos [serem] formados desta gente, e dos antigos degredados*⁸⁴. Alguns, de resto, em número de quinze, já haviam intentado em alto-mar uma sublevação, contudo, ao chegarem a Luanda, desembarcaram sob rigorosas medidas de segurança⁸⁵.

Ainda assim não era menor o receio dos governadores por outros fatores de perturbação que sugestionavam os espíritos e por todo o lado excitavam o fogo das revoluções: as novas idéias que as leituras carreadas do exterior potenciavam. Sobretudo a leitura de jornais e folhas volantes que, como já se viu, as elites consumiam enquanto veículos seguros de informação e de troca de opiniões entre os seus receptores. Realmente este tipo de comunicação era mais seguro, sabendo-se a preferência que a palavra impressa tinha sobre as notícias transmitidas por via oral, que eram levadas por marinheiros, comerciantes e outros viajantes, embora tantas vezes sujeitas a deformações. O mesmo não acontecia com a palavra escrita, que era permanente e dava para ser consumida em privado, individual ou coletivamente.

Eis a razão – volto ao ponto inicial da minha reflexão – por que considero de tanta valia esses inventários de heranças que mencionei anteriormente. É urgente que se faça um levantamento sistematizado desses inventários. Através deles será possível coligir dados precisos sobre o que se lia por um lado, e por outro determinar a que ponto as obras dos próceres do Iluminismo – Fénelon, Voltaire, Rousseau, Montesquieu e outros – eram lidas, disseminadas e apreciadas em Angola naquela época; e como marcavam presença obrigatória nas estantes de diversas casas de famílias, tanto européias como africanas⁸⁶ – e onde não faltavam, inclusive, os livros escritos pelos líderes da mentalidade esclarecida em Portugal⁸⁷.

⁸³ *Idem, ibidem.*

⁸⁴ *Idem.*

⁸⁵ AHU Angola, 1.ª seção, cx. 140, doc. n.º 33, 1821. Fevereiro 27.

⁸⁶ Ver as notas 19 e 30.

⁸⁷ Sobre este período, o Portugal esclarecido marca presença nas bibliotecas de Angola fundamentalmente através de obras de natureza anticlerical: *O Hissopo*, de António Diniz da Cruz e Silva; *Obras Completas*, 11 volumes, de Filinto Elísio (pseudónimo do padre Francisco Manuel do Nascimento que cantou (...) *com veemência a Liberdade, a tomada da Bastilha, Washington e a independência americana* [...], ver REBELO, Luís de Sousa. «Felinto Elísio». In Jacinto do Prado Coelho [dir.], *Dicionário de Literatura...*, *idem*, p. 281); sendo de citar ainda as *Obras Completas*, do Marquês de Pombal, e os estudos de índole histórica, como a *História de Portugal* (redigida por uma sociedade de escritores), que foi traduzida de inglês para português por António de Moraes e Silva); *A Revolução de Portugal, O Cerco do Porto*, e assim por diante.

Bibliotecas no hinterland de Luanda

Em suma: a lista de títulos presente nos inventários dos principais negociantes e proprietários de Luanda e Benguela, assim como do interior, era considerável. No concelho do Cazengo, por exemplo, havia bibliotecas na casa de dois *barões* do café – João Guilherme Pereira Barbosa e Cândido Augusto Fortunato da Costa. No rol de livros pertencentes a este último podem encontrar-se, em língua francesa, as obras de Fénelon (*Aventuras de Telémaco*) e Voltaire (*Henriade*), assim como dois volumes de Holbach⁸⁸. O número de títulos presente em alguns desses inventários ultrapassa a centena⁸⁹. Isto de acordo com os primeiros informes estatísticos que consegui organizar.

É um erro continuar a ver esses negociantes e proprietários segundo determinados clichês. Ou seja: uma classe fechada sobre si mesma e fechada aos grandes problemas do mundo, exclusivamente preocupada com a ganância das suas atividades [*comprando as mercadorias abaixo do seu valor real e vendendo-as acima daquele valor*⁹⁰]; ou apenas uma vil classe de negreiros, “bárbaros” e aventureiros que apenas deixava escorrer de entre as mãos o ouro e a prata; e para quem os livros – à exceção talvez da Sagrada Escritura –, menos que um complemento espiritual, seriam objetos supérfluos, próprios tão-só de pessoas ociosas e intrinsecamente ineptas. Escorar o raciocínio neste pressuposto significa esquecer que já naquele tempo – ou antes, no século XVIII – o grande movimento que se operava no mundo (...) *fazia com que as posições historicamente mais avançadas passassem desde então (...) a ser ocupadas por pioneiros pequeno-burgueses, por comerciantes e desclassificados sociais em oposição ao Poder*⁹¹.

⁸⁸ “Inventário de João Guilherme Pereira Barbosa, 1847 e autos cíveis de inventário de espólio de Cândido Augusto Fortunato da Costa, 1851” (Arquivo do Tribunal Judicial da Comarca do Kwanza-Norte [ATICKN], respectivamente processo 1, maço n.º 1, [com 7 apensos] e proc. 2, maço n.º 1 [com 1 apenso]).

⁸⁹ Nesse tempo havia bibliotecas particulares dignas de nota: a do reverendo deão Leonardo José Vilela, natural de Mariana / Minas Gerais), a de António Carlos Coutinho, a de Luis Gomes Ribeiro, a de Arsênio Pompílio Pompeu de Carpo, e muitas mais. Por enquanto falta o registro do que seria a biblioteca desse angolano cultíssimo (e paladino das liberdades), o doutor juiz de fora da cidade de Benguela, Eusébio de Queiroz Coutinho, que nas Cortes Constituintes do Rio de Janeiro, em 1821, se pronunciou pela independência de Angola e a sua adesão ao Brasil. Ao invés, a biblioteca de Inocêncio Matoso de Andrade Câmara era paupérrima em qualidade e quantidade, o que não deixa de surpreender, atenta a craveira desta personalidade que se destacou antes de tudo como homem público (ver “Autos cíveis de inventário dos bens, que ficarão por falecimento de Innocencio Mattozo d’Andrade e Camara, de que foi inventariante Manoel Antonio Jozé de Carvalho e Souza, Mieira Donna Izabel Pinheiro Falcão, Herdeiros. 1837” (AJCL Processos orfanológicos, proc. 174, maço 9 [com 25 apensos], fls. 27-27v.º [lista dos livros]).

⁹⁰ MARX, Karl. *El Capital, Crítica de la Economía Política*, tomo I, Buenos Aires: Editorial Cartago, 1974, p. 517.

⁹¹ MARTINS, António Coimbra. “Luzes”. In Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, *idem* p. 87.

Relativamente aos degredados, as desfocagens são do mesmo quilate. Praticamente não se fez até hoje um estudo sistematizado desses indivíduos. Quando muito existem referências esparsas e vazias de qualidade que inculcam esses homens, no seu conjunto, como simples enjeitados sociais -, os quais em terras do ultramar teriam sido um duplo malefício da colonização. É evidente o erro dessa apreciação, herdeira de uma visão oficial que sempre os procurou denegrir.

É necessário que se veja o degredado no seu contexto social de origem, onde foi maltratado, perseguido e preso unicamente por se ter assumido com a coragem de um "impredador" ou dissidente. Ele velou - como diria Augustina Bessa Luís - (...) *para que a sociedade morna e adocicada não se [condenasse] à sombra da sua falsa sensibilidade*⁹². Por isso mesmo, eles foram diferentes (excetua-se o proscrito por delitos comuns), gente que se distinguiu da média dos seus concidadãos pelo seu superior perfil intelectual, político e, até, moral.

Dos banidos que Angola acolheu, a maior parte não voltou mais à pátria. Por lá ficaram, purgando os seus "crimes". Casaram, amancebaram-se e procriaram filhos com mulheres nativas. Muitos transmitiram aos descendentes um sobrenome que é hoje motivo de orgulho para tantas famílias africanas. Um dia a fazer-se o inventário desses indivíduos, a lista será imensa. É minha convicção que sem eles o protonacionalismo em Angola teria sido mais pobre. Menos vigoroso. Foram eles de algum modo os seus impulsionadores, conforme mostrei lá atrás. Assim, em muitos aspectos, eles terão que ser vistos como uma espécie de guarda avançada da história. Verdadeiros construtores de *utopias*. À semelhança dos comerciantes, que simbolizaram também o espírito do antichauvinismo e do cosmopolitismo.

Realmente graças ao comércio lançado a distâncias cada vez maiores e ao giro incessante e dilatado do capital mercantil, os homens de todos os quadrantes foram-se aproximando entre si, dentro e fora das suas fronteiras nacionais. Como assevera Paul Hazard, há muito que o burguês tinha irrompido no palco da história (...) *sorridente e já contente de si*⁹³, enquanto ao comerciante era prestada toda a reverência, porque este (...) *pelo comércio, funda a colaboração de todos os países e fá-los contribuir para o bem estar universal: é o amigo do género humano*⁹⁴.

Juiz de Fora, 15 de Novembro de 2000

⁹² Note-se que neste seu pensamento a escritora portuguesa não se referiu propriamente aos degredados, mas de forma genérica aos homens de todas as épocas e lugares que têm o dom de sonhar com *utopias* - ou seja, com projetos de sociedades mais justas (*JL - Jornal de Letras, artes e ideias*, Lisboa: n.º 438, 27 de Nov. a 3 de Dez., 1990).

⁹³ *Crise da Consciência Europeia (1680-1715)*, Lisboa: Edições Cosmos (coleção "A Marcha da Humanidade"), 1948, p. 251.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 253